

BASTA!

Mulheres cobram o fim da violência e do feminicídio

Ato na orla de Copacabana contou com a presença de dirigentes sindicais bancárias



Adriana Nalesso, presidenta da Federa-RJ e Kátia Branco representando o Sindicato na manifestação de domingo

No último domingo, 7 de dezembro, foram realizados em todo o país protestos contra a violência sofrida pelas mulheres no Brasil e o elevado número de feminicídios. Sob o grito “Basta de violência!”, elas exigiram medidas mais efetivas dos governos, em todas as esferas, para enfrentar o drama vivido pelas trabalhadoras - muitas vezes vítimas dentro da própria casa.

No Rio de Janeiro, a manifestação ocorreu na orla de Copacabana.

A vice-presidenta do Sindicato dos Bancários do Rio, Kátia Branco, que participou da atividade, cobrou ações mais contun-

dentes para pôr fim à escalada de violência contra as mulheres. “As mulheres vivem hoje no Brasil uma situação de terror. Somos discriminadas, violentadas e mortas por sermos mulheres. É uma realidade deplorável, que não pode mais continuar. É urgente que as autoridades e as instituições tomem providências imediatas para parar com essa matança e com todas as formas de violência contra as mulheres”, afirmou Kátia.

NÚMEROS QUE ASSUSTAM

O feminicídio no Brasil segue em patamares alarmantes, apesar de avanços na legislação, como a Lei Maria da Penha, e de medidas implementadas pelo poder público. Só em 2023, 3.903 mulheres foram vítimas de feminicídio. Em 11 anos - de 2013 a 2023 - foram registrados 47 mil homicídios de mulheres, o equivalente a cerca de 12 assassinatos por dia. Os dados constam no mais recente Atlas da Violência, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). O Brasil é o quinto país do mundo em número de mortes violentas de mulheres.

Em 2024, segundo o Dossiê Mulher, a violência física, psicológica, sexual e moral vitimou 150 mil mulheres no país - uma média de 421 casos por dia e 18 por hora.

A presidenta da Federa-RJ (Federação das Trabalhadoras e Trabalhadores do Ramo Financeiro do Estado do Rio de Janeiro), Adriana Nalesso, também avaliou a gravidade da situação e destacou a importância dos protestos realizados no domingo. “Durante o ato mais uma mulher estava perdendo a vida, uma senhora teve seu rosto desfigurado pelo ex-marido e estava a 13 dias lutando pela vida. A violência contra mulher está pre-



Kátia Branco falando à multidão que participou do protesto na Orla de Copacabana.

sente em todos os estratos sociais e em todas as faixas etárias, começa muitas vezes ainda na infância, precisamos dar um basta nisso”, destacou a dirigente sindical.

AVANÇOS NA CATEGORIA

Adriana Nalesso falou também dos avanços da categoria bancária na luta contra a violência que afeta as mulheres. “Não vão nos parar. Lugar de mulher é onde ela quiser. As bancárias podem contar com o Sindicato que tem atendimento especializado na área. Nós temos em nossa Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) cláusulas que garantem a bancária vítima de violência doméstica, a possibilidade de transferência, linha de crédito diferenciada, atendimento jurídico e muito mais, o que representa um avanço da categoria”, concluiu Adriana.



Fechamento de agências prejudica a população e o papel social da Caixa

O processo de fechamento de agências da Caixa Econômica Federal, iniciado em 2017 e drasticamente intensificado em 2024 e 2025, vem provocando um conjunto de prejuízos sociais, econômicos e trabalhistas em todo o país. Dados estatísticos compilados pelo Dieese mostram que a rede perdeu 196 agências desde 2017, passando de 3.404 unidades em 2015 para 3.208 ao final de setembro de 2025, com forte aceleração em 2024 (-113 agências) e em 2025 (-50 até setembro).

IMPACTOS SOCIAIS

A Caixa é o braço operacional de políticas públicas essenciais do Governo Federal, como Bolsa Família, BPC, abono salarial, FGTS, Pronaf e diversos programas habitacionais.



O fechamento de agências da Caixa prejudica a economia local em várias regiões, especialmente para o micro e pequeno empreendedor

Em grande parte do país, especialmente em regiões remotas, pequenos municípios e áreas rurais, ela é o único ponto de atendimento bancário disponível. O fechamento de unidades nestas localidades obriga famílias a percorrer longas distâncias para resolver questões que, muitas vezes, só podem ser tratadas

presencialmente. Milhões de brasileiros que não têm internet, pacote de dados ou smartphone ficam simplesmente excluídos do atendimento. Além disso, a extinção de agências prejudica a economia local, afetando micro e pequenos comerciantes e empreendedores.

Não haverá perda de remuneração

- Um temor dos empregados e empregadas seria a perda de remuneração com a transferência de agência, em casos de extinção das unidades onde trabalhavam. Mas a direção da empresa assumiu o compromisso de que isto não irá ocorrer. "A Caixa garantiu em negociação com os sindicatos que os empregados transferidos para unidades que já possuem profissionais nas mesmas funções, como caixas, tesoureiros ou gerentes não terão perda de remuneração. Estamos atentos e qualquer empregado que for prejudicado deve entrar em contato imediatamente com o nosso Sindicato", disse o presidente da entidade sindical carioca, José Ferreira.

As denúncias dos bancários devem ser feitas pelos telefones (21) 2103-4122/4123 (Secretaria de Bancos Públicos).

Editais de Assembleia Geral Extraordinária Específica

O Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários e Financeiros do Município do Rio de Janeiro, com CNPJ sob o nº 33.094.269/0001-33, situado na Av. Presidente Vargas 502/16º, 17º, 20º, 21º e 22º, andares Centro, Rio de Janeiro, por seu Presidente abaixo assinado, nos termos de seu Estatuto, convoca todos os empregados bancários e financeiros, associados ou não, que prestam serviços no Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A - Banrisul, na base territorial deste sindicato, para participarem da assembleia geral extraordinária específica que se realizará de forma remota/virtual durante o período das 19h do dia 11 de dezembro de 2025 até às 18h do dia 12 de dezembro de 2025, na forma disposta no site www.bancariosrio.org.br, (página oficial do Sindicato na Internet), onde estarão disponíveis todas as informações, acerca da proposta de Acordo Coletivo de Trabalho que regulará o Programa de Participação nos Resultados relativo aos exercícios 2026 e 2027.

Rio de Janeiro, 09 de dezembro de 2025.

Jose Ferreira Pinto
Presidente

Santander antecipa 13º e salário para o dia 19

Está confirmado: o Santander vai antecipar para o dia 19 de dezembro o pagamento do salário e da segunda parcela do 13º salário de seus funcionários. Os valores serão divulgados no dia 18 no Portal Pessoas, ou no app Santander. A antecipação é fruto da pressão do movimento sindical. "O 13º salário é uma conquista histórica dos trabalhadores e sempre reivindicamos junto ao banco a antecipação para que os bancários possam fazer suas compras e quitar dívidas", disse o diretor do Sindicato, Marcos Vicente.



Assembleia virtual dos funcionários do Banrisul é nesta quinta e sexta-feira

Os funcionários e funcionárias do Banrisul (Banco do Estado do Rio Grande do Sul) participam nesta quinta (11) e sexta-feira (12) de uma assembleia virtual do Acordo Coletivo referente à PLR (Participação nos Lucros e Resultados). A votação começará às 19h de quinta e vai até às 18h de sexta-feira. Para votar será disponibilizado um link em nosso site: www.bancariosrio.org.br.

BANCÁRIO

Presidente: José Ferreira Pinto – Av. Pres. Vargas, 502/17º, 20º, 21º e 22º andares - CEP 20071-000 – Centro – Fax (Redação): (021) 2103-4112 – **Sede Campo** - R. Miraitaia, 121 - Tel: 2445-4434 (Pechincha/Jacarepagua) – **Secretaria de Imprensa** (imprensa@bancariosrio.org.br) – Vera Luiza Xavier (Banerj/Itaú), coordenador responsável **Coletivo de Imprensa:** Ronald Carvalhosa (Banerj/Itaú), José Pinheiro (Banerj/Itaú) - **Editor:** Carlos Vasconcellos - MTb 21335/RJ - **Redator:** Carlos Vasconcellos e José Olyntho Contente - **Diagramador:** Marco Scalzo - **Fotos:** Nando Neves - **Secretário de Imprensa:** Cledon Broca – Secretaria de Cultura (cultural@bancariosrio.org.br) - Tel.: 2103-4150 – Secretaria de Bancos Públicos (bancospublicos@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4122/4123 – Secretaria de Bancos Privados (bancosprivados@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4121/4124/4172 – Secretaria de Saúde (saude@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4110/4116/4149/4176 – Secretaria do Jurídico (juridico@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4104/4125/4128/4173 – Impresso na 3 Graph - Distribuição Gratuita - Tiragem: 11.000

FUNCIONÁRIOS EM LICENÇA MÉDICA

Itaú diz que ida de bancários para ACL não é obrigatória e nem passível de advertência

GT de Saúde dos empregados cobrou do banco também explicações sobre o funcionamento do canal de denúncias de assédio, dificuldades no IU Conecta, descontos no contracheque e programa Linha de Cuidado

Foto: Contraf-CUT



O GT de Saúde dos Funcionários do Itaú durante a negociação com o Banco

Os sindicatos têm recebido inúmeras reclamações de trabalhadores em licença médica convocados pelo Itaú para passar por uma Avaliação de Capacidade Laborativa (ACL), com ameaça de advertência em caso de não comparecimento. Na quarta-feira passada (3/12), o Grupo de Trabalho de Saúde dos empregados do Itaú se reuniu novamente com o banco, e cobrou na ocasião, explicações sobre este fato, e sobre o funcionamento do canal de denúncias de assédio, dificuldades no IU Conecta, descontos no contracheque e o programa Linha de Cuidado, apresentado pelo banco. O movimento sindical questionou o banco, porque bancários com contrato suspenso - seja por estarem afastados ou com pedido de prorrogação de benefício - não podem ser submetidos a esse tipo de avaliação. Também foi levantada a situação de empregados que, mesmo após passarem por exame de retorno ao trabalho, estão sendo chamados novamente.

O banco afirmou que as avaliações servem para “entender o motivo do afastamento” e que seriam convocados apenas trabalhadores que já receberam alta do INSS ou aguardam novo benefício. Quanto aos casos de bancários com contrato suspenso que receberam mensagens, o Itaú disse que verificará o ocorrido e que a participação em ACL não é obrigatória nem passível de advertência.

CONVOCAÇÃO INDEVIDA

Edelson Figueiredo, Secretário de Saúde do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro e integrante do GT, classificou como ilegal a convocação. “O Itaú precisa respeitar a legislação. Convocar funcionários doentes para avaliação é uma pressão indevida que, em vez de antecipar, acaba retardando o retorno do trabalhador, pelo possível agravamento de sua doença. O Itaú tem que respeitar seus funcionários e as leis trabalhistas”, afirmou.

Mariza Izabel Menezes, coordenadora da COE (Comissão de Organização dos Empregados) classificou a convocação de bancários em licença para tratamento de doença como assédio moral. E disse ser ainda mais absurda a ameaça de advertência a quem não comparecer.

Rosângela Lorenzetti, coor-

denadora do GT, reforçou que o banco precisa ser mais transparente e respeitar a legislação.

CANAL DE DENÚNCIAS

Outra preocupação recorrente é o canal utilizado pelos trabalhadores para denunciar situações de assédio moral e sexual. O GT cobrou sigilo, proteção ao denunciante e mais rapidez nas apurações. Além disso, os representantes dos trabalhadores criticaram o fluxo atual, em que o primeiro a ser ouvido é justamente o denunciado. O Itaú se comprometeu a levar o responsável pelo Ombudsman à próxima reunião para discutir ajustes.

IU CONECTA MEIA-BOMBA

Os sindicatos também relataram problemas enfrentados pelos

bancários para anexar documentos no IU Conecta. O GT também tratou dos e-mails enviados pelo banco aos empregados que estão prestes a receber alta do INSS. O Itaú envia três comunicados antes da data prevista para o retorno, o que tem gerado sensação de pressão. O banco enviará os textos ao GT para construção conjunta de uma comunicação mais clara e que não gere constrangimento ao trabalhador que ainda não sabe se estará apto.

Outro problema recorrente são os descontos referentes a adiantamentos salariais nos períodos de afastamento. O banco se comprometeu a levar, na próxima reunião, um representante da folha de pagamento para explicar as rubricas e esclarecer os valores descontados.

PROGRAMA LINHA DE CUIDADO

O Itaú apresentou ainda o programa Linha de Cuidado, em parceria com o Grupo Fleury. Nele, trabalhadores elegíveis passam por consulta com enfermeira generalista e, se necessário, são encaminhados para médico generalista e exames — que, no entanto, têm coparticipação pelo plano de saúde. O GT sugeriu que, por se tratar de um programa do banco, os exames não deveriam gerar custos aos participantes.

A LUTA CONTINUA

Por plano de saúde digno para aposentados do Itaú, Sindicato se reúne com ANS

Sindicatos da categoria bancária — entre estes o do Rio de Janeiro — e aposentados se reuniram virtualmente com o presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Wadih Damous, para discutir formas de garantir um plano de saúde digno para os aposentados do banco Itaú. O encontro aconteceu na segunda-feira (8/12).

Denúncias encaminhadas - Wadih recebeu as denúncias encaminhadas pelos sindicalistas, que exigem que o Itaú deixe de aumentar de forma exorbitante os valores do plano de saúde dos que se aposentam, fato

que inviabiliza a manutenção do serviço. Representaram o Sindicato do Rio, o seu presidente José Ferreira e a vice Kátia Branco. Estiveram presentes, ainda, a diretora do Sindicato e COE (Comissão de Organização dos Empregados) Maria Izabel e o advogado e assessor jurídico da entidade, Márcio Cordero, além dos parlamentares, a deputada federal Érika Kokay (PT-DF), e os estaduais Luiz Cláudio Marcolino (PT-SP) e Lilian Behring (PCdoB-RJ). “O bancário aposentado, por força do disposto na legislação vigente, pode optar pelo prosseguimento do plano de saúde

de forma vitalícia. Contudo, os valores aplicados, têm inviabilizado a manutenção do benefício. Exigimos uma solução imediata”, afirmou Kátia Branco.

O encontro com o presidente da ANS é mais um ato na defesa dos bancários aposentados. O Sindicato já participou de audiência de mediação com o Itaú no Ministério Público do Trabalho (MPT) e de audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), convocada pelos gabinetes das deputadas Dani Balbi (PCdoB-RJ) e Lilian Behring.

Sindicato assina acordo coletivo da PLR do BNDES

Em cerimônia realizada na segunda-feira (8/12), o Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, a Contraf-CUT (Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro) e as associações dos empregados, assinaram o acordo coletivo da PLR (Participação dos Lucros e Resultados) do Sistema BNDES. Além do presidente do Sindicato, José Ferreira, participaram o diretor da Secretaria de Bancos Público da entidade, Alexandre Batista, e Vinícius Assumpção, vice-presidente da Contraf-CUT.

VALORIZAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS

José Ferreira falou sobre a relação entre a PLR e a valorização dos funcionários. "A participação nos lucros é uma conquista do movimento sindical que muito nos orgulha. É bastante significativa a assinatura desse acordo,

que faz parte do reconhecimento ao trabalho do funcionalismo do BNDES na construção da empresa, extremamente eficiente e importante para o desenvolvimento do país e da economia nacional", ressaltou o dirigente.

IMPORTÂNCIA DA MOBILIZAÇÃO

Alexandre Batista lembrou da importância da mobilização, mas também do diálogo. "A elevação do valor da PLR é mais uma conquista dos empregados, que veio como consequência, também, do diálogo e da política de valorização daqueles que fazem o lucro da instituição. Nós, do Sindicato dos Bancários do Rio, continuaremos lutando por uma participação nos lucros cada vez mais justa e equânime entre todos os níveis", ressaltou Alexandre.

Para Vinícius, o acordo é uma

Foto: Nando Neves



Representantes do Sindicato dos Bancários do Rio, das associações de funcionários e da Contraf-CUT durante a assinatura do acordo coletivo da PLR dos empregados do BNDES

conquista do funcionalismo, com uma maior participação nos lucros do BNDES. "Afinal é o funcionalismo que constrói toda esta

lucratividade e faz do BNDES um instrumento forte para o desenvolvimento do país e da geração de renda", afirmou.

VAMOS PRESSIONAR

Projeto que devolve homologação aos sindicatos é aprovado em comissão da Câmara

Trabalhadores precisam pressionar parlamentares do Congresso Nacional para a aprovação em plenário

HOMOLOGAÇÃO NOS SINDICATOS PODE VOLTAR A SER OBRIGATÓRIA

Medida teve fim com a Reforma Trabalhista e gerou perdas para os trabalhadores



A Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados aprovou, na quarta-feira (3), o Projeto de Lei nº 8.413/2017, que resgata a obrigatoriedade da assistência sindical nas rescisões de contrato de trabalho para empregados com mais de um ano de serviço. Agora, o PL segue sua tramitação na Câmara dos Deputados, ainda precisando passar pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) antes de ir ao Plenário. A proposta, de autoria do deputado Marco Maia (PT/RS) e relatado pelo deputado Bohn Gass (PT/RS), revoga dispositivos da CLT introduzidos pela

Lei nº 13.467/2017 (como os artigos 477-A e 477-B) e restabelece garantias essenciais no momento da rescisão contratual. Entre os pontos centrais, o projeto determina que o termo de rescisão de trabalhadores com mais de um ano só será válido se homologado pelo sindicato da categoria ou, na impossibilidade, pelo Ministério do Trabalho.

TEMER RETIROU DIREITO

A reforma trabalhista de 2017, enviada ao Congresso pelo governo Michel Temer (MDB) acabou com inúmeros direitos, entre

O que propõe o PL 8.413/2017

- Retorno da obrigatoriedade de homologação sindical para empregados com mais de um ano de contrato;
- Parceria entre sindicatos de categorias distintas em locais sem representação específica;
- Regras mais claras e prazos definidos para pagamento das verbas rescisórias;
- Multas atualizadas para empregadores que descumprirem os prazos;
- Possibilidade de consignação judicial dos valores em caso de falecimento do empregado;
- Exigência de intervenção sindical prévia em dispensas imotivadas individuais, coletivas ou plúrimas;
- Revogação de dispositivos da reforma trabalhista que enfraqueciam a proteção jurídica do trabalhador.

estes, eliminou a obrigatoriedade da homologação da rescisão do contrato de trabalho ser feita nos sindicatos. A medida deixou os trabalhadores vulneráveis, sem a fiscalização dos cálculos, feita há décadas pelas entidades sindicais.

MOBILIZAÇÃO

Para o presidente do Sindicato dos Bancários do Rio José Fer-

reira, a aprovação é um avanço importante porque ao obrigar que as rescisões voltem a ser fiscalizadas pelos sindicatos, impede os trabalhadores de serem lesados. Mas ponderou que o Congresso Nacional é de maioria hostil aos trabalhadores. "Por isto, para garantir a agilização da tramitação, a sua aprovação na CCJC e, posteriormente, no plenário, é preciso manter a mobilização", argumentou.